

CEO da Swiss Re defende estabilidade regulatória durante o 4º Encontro de Resseguro



O vice-presidente da CNseg, Patrick Larragoiti (à esquerda), coordenou o painel de Michel Liès (à direita)

A instabilidade regulatória no Brasil faz com que o país não aproveite plenamente a abertura do mercado. A declaração é de Michel Liès, CEO da Swiss Re, que apresentou a palestra “Desafios e Oportunidades: a atração da América Latina” durante o 4º Encontro de Resseguro do Rio de Janeiro. Para ele, é importante ter estabilidade nas regras do jogo para que o ressegurador tenha segurança nos seus investimentos.

“Não é fácil fazer negócios na América Latina. O Brasil e a Argentina implementaram regulamentações que restringem a atividade do resseguro. O setor foi um dos primeiros a ser globalizado. É preciso aproveitar o resseguro internacional que exige regras e padrões gerais em nível global”, resumiu Liès.

Ele destacou ainda que a corrupção inibe investimentos, mas ressaltou que toda a América Latina fez avanços citando dados da Transparency International. E alertou que a agitação social desestabiliza o crescimento econômico e que as medidas anticorrupção apresentadas pela presidente Dilma Rousseff devem ser mostradas à população de forma a deixar claro que o país está no caminho certo para o combate à corrupção.

O executivo defendeu ainda maior aproximação com o poder público e os políticos para uma melhor compreensão da atividade e para a efetivação de projetos que minimizem os efeitos das catástrofes naturais que ocorrem frequentemente na América Latina como terremotos, inundações, tempestades, tornados, secas e variação de temperaturas.

“A seca em 2014 afetou o Brasil e a América Central com estimativas de perdas de US\$ 3 bilhões. A baixa temperatura no Peru causou perdas de inúmeras vidas. E o transbordamento de rios e enchentes no Brasil mataram 120 pessoas e geraram perdas de US\$ 250 milhões. As áreas metropolitanas são vulneráveis a esses riscos, o que é agravado pela urbanização”, enumerou.

O CEO da Swiss RE admitiu também que a indústria de seguros e resseguros precisa participar mais

da cobertura de desastres naturais, revelando que hoje apenas 30% do planeta estão protegidos. Ele apresentou dados de estudo conduzido pela Swiss Re em 616 regiões urbanas monitorando a ocorrência de terremotos, velocidade dos ventos, transbordamentos de rios e tsunamis, num total de 189 catástrofes naturais. “As perdas econômicas somaram US\$ 110 bilhões e apenas US\$ 35 bilhões estavam asseguradas. Não somos presentes onde se precisa e essa diferença é um desafio que temos de enfrentar”, reconheceu Liès

O executivo abordou também os desafios econômicos e ambientais da região e citou o caso do Brasil que, num cenário de baixo crescimento e inflação elevada, vive a ameaça da estagflação. Para ele, a solução para isso passa por reformas estruturais e modernização visando a atração de investimentos. Ele considera também que, embora o Brasil tenha políticas ambientais avançadas, peca na sua execução.

“Persistem no Brasil problemas ambientais básicos relacionados à falta de saneamento e isso afeta o setor de seguros. Os segmentos de Vida e Saúde são afetados pela poluição atmosférica que pode levar a doenças pulmonares obstrutivas. Em 2012, 7 milhões de pessoas morreram devido à poluição. Isso poderá levar a processos judiciais contra os poluidores”, alertou.

Liès destacou que a América Latina e o Brasil são estratégicos para a Swiss Re, que tem liderança intelectual centrada em alguns temas principais: gestão de risco climático; parceria para segurança alimentar; financiamento de vida mais longa e apoio à estabilidade financeira.

E por fim destacou que a indústria de seguros e resseguros pode ajudar os governos a manterem bons ratings das agências de classificação de risco. E citando a agência Standard & Pools, disse que a resiliência financeira do setor público pode ser reforçada com a ajuda de seguradoras e resseguradoras. “Os ratings soberanos podem ser mantidos por meio de uma atuação que vai além de medidas financeiras se os governos também adotarem medidas preventivas”, concluiu.

Fonte: [CNseg](#), em 17.04.2015.